COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO N.º ,de 2008 (Do Sr. CARLOS WILLIAN)

Requer a realização de audiência publica com a presença do Luis Carlos Reblim –Secretário de Saúde da Prefeitura de Vitória, Giovanini Coelho –Coordenador do Programa Nacional de Controle da Dengue, Clodoaldo Novaes - Coordenador da Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Rio de Janeiro e Álvaro Eduardo Eiras – Professor da Universidade Federal de Minas Gerais.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255 do RICD, requeremos à Vossa Excelência a realização de audiência pública com os convidados acima citado, para prestar esclarecimentos sobre o controle da Dengue no Brasil.

JUSTIFICATIVA

Tendo em vista que em 2008, somente no período de janeiro a abril, foram notificados mais de 230 mil casos de dengue distribuídos por todo o país, havendo cerca de 100 mortes no mesmo período. Que apesar dos altos investimentos que superam os 2,7 bilhões de reais até o ano de 2007 em saneamento, contratação de agentes de campo e operacionalização de planos nacionais de controle da Dengue realizados pelo Governo Federal do Brasil a situação continua inalterada. O numero de óbitos causados pela dengue nos dois últimos anos supera todos os óbitos dos últimos 15 anos somados. Além dos gastos com o combate ao vetor, também foram gastos oitenta e seis milhões de reais com tratamento de doentes em 2005 e 2006 e que, se considerarmos os mais de 500 mil casos de 2007 e os mais de 200 mil até abril de 2008 forma gastos mais 200 milhões de reais.

Tendo que nenhuma providencia foi tomada até agora para solucionar o que tange as recomendações realizadas pelo TCU no relatório TC- 007.823/2007-8, principalmente no que tange ao fato mencionado que a Coordenação Geral do Programa Nacional de Controle da Dengue, CGPNCD não desempenha sua competência fiscalizadora de forma efetiva, que os consultores não produzem relatórios com clareza e contundência e na baixa confiabilidade dos sistemas de informação. Visto também que existe um programa nacional com objetivos claros e não cumpridos, e que já existem municípios que utilizam por conta própria soluções que respondem as recomendações do referido relatório do TCU.

Sala das Comissões. de 2008

Deputado CARLOS WILLIAN